



APET

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

CLÉLIO CHIESA
MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO

COORDENADORES

Eduardo Amada Alvim	Ives Gandra da Silva Martins
James Marins	Gabriel Lacenda Trolanelli
Paulo Cesar Conrado	Hugo de Brito Machado Segundo
José Carlos Franchico	José Eduardo Soares de Melo
Julio Maria de Oliveira	Marcos Vinícius Neder
Marcos Rogério Lyrio Pimenta	Maria Rita Ferragut
Paulo Roberto Lyrio Pimenta	Maurício Bellucci
Alexandre Siciliano Borges	Célio Armando Janczeski
Alexandre Castellani	Clélio Chiesa
Cristiano Rosa de Carvalho	Dalton Luiz Dallazem
Edison Carlos Fernandes	Eduardo Fortunato Bim
Eduardo José Paiva Borba	Fabiana Del Padre Tomé
Fábio Pallaietti Calcini	Gilson Wessler Michels
Grazielle Pereira	Guilherme Cezaroti
Harrison Ferreira Leite	Jorge Sylvio Marquetti Junior
José Augusto Dias de Castro	Klaus E. Rodrigues Marques
Luiz Flavio Neto	Luiz Fernando Mussolini Júnior
Luiz Gustavo A.S. Bichara	Manuella Vasconcelos Falcão
Marcelo de Lima Castro Diniz	Raquel Cavalcanti Ramos Machado
Thais Folgosi Francoso	

MP
EDITORA

Resumo de Processo Judicial Tributario

Processo judicial tributário mais um fruto da Associação Paulista de Estudos Tributários (APET) reúne artigos de vários temas de processo judicial tributário escritos por estudiosos e militantes na área tributária.

O objetivo da obra é fornecer os subsídios necessários para a solução dos problemas surgidos na órbita judicial dos conflitos entre Fisco e contribuintes bem como tratar de temas de grande interesse para os operadores do direito que buscam melhor compreender os temas relacionados ao processo judicial tributário.

Analisa-se as peculiaridades dos instrumentos à disposição do contribuinte quando inconformado com a exigência fiscal para recorrer à tutela jurisdicional bem como as vicissitudes das ações do Fisco para efetivar o crédito tributário.

O livro está organizado em sete partes: mandado de segurança em matéria tributária ação rescisória em matéria tributária execução fiscal medida cautelar fiscal ações individuais em matéria tributária ação de consignação em pagamento no direito tributário e tutelas de urgência em matéria tributária.

O processo judicial tributário encontra seus fundamentos na Constituição Federal e rege-se pelas disposições do Código de Processo Civil salvo no que diz respeito à execução fiscal e à medida cautelar fiscal as quais são disciplinadas em leis próprias.

Trata-se de fonte segura para o exercício da advocacia tributária e também para a atualização profissional dos leitores.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)